

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE E
CONTROLADORIA**

**A análise da convergência da contabilidade aos padrões
internacionais no âmbito de uma organização do terceiro
setor.**

FABIANA FERNANDES MALTA

BELO HORIZONTE

2013

	Fabiana Fernandes Malta	A análise da convergência da contabilidade aos padrões internacionais no âmbito de uma organização do terceiro setor.		UFMG FACE CEPCON 2013	
--	--------------------------------	--	--	--	--

FABIANA FERNANDES MALTA

A análise da convergência da contabilidade aos padrões internacionais no âmbito de uma organização do terceiro setor.

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Auditoria Externa do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título Especialização em Auditoria Externa.

Área de concentração: Contabilidade e Auditoria

Orientador: Professor João Aristides de Moraes

BELO HORIZONTE

2013

RESUMO

Essa pesquisa realizou análise das demonstrações financeiras de uma organização do terceiro setor. Seu objetivo foi identificar a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, verificando se a adoção está dentro das exigências legais e identificar as características necessárias à tomada de decisões. Foi realizado um estudo de caso, mediante a documentação apresentada e entrevistas com os funcionários e gestores das áreas envolvidas nas análises, para melhor entendimento dos processos internos existentes dentro da organização. A pesquisa identificou que a organização já sofreu algumas modificações exigidas na lei e ainda possui desafios a serem realizados, uma vez que a convergência às normas internacionais altera a visão da organização e facilita a avaliação e a comparação por investidores. Além dessas mudanças é importante perceber que as demonstrações contábeis preparadas de acordo com o IFRS para PMEs objetiva evidenciar de forma transparente as informações sobre a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa desta entidade. Sendo assim, é demonstrada na execução da pesquisa a importância desse acompanhamento às empresas, visando que as referidas demonstrações utilizem uma linguagem comum entre as normas brasileiras e as internacionais, para que as comparações possam ser feitas de maneira mais ágil. Neste cenário, trar-se-iam muitos benefícios para o ambiente econômico brasileiro.

Palavras-Chave: Auditoria, Contabilidade, IFRS, PMEs.

ABSTRACT

In this research we conducted an analysis of financial statements of a non-governmental organization. The goal was to (i) identify the statements' convergence with international accounting standards, ensuring that its adoption observes all legal requirements; and to (ii) identify the necessary characteristics of the financial statements for board decisions. We performed (i) a case study upon the submitted documentation and (ii) interviews with employees and managers of the involved areas, to better understanding the organization's existing internal processes. In this research we identified that the organization has already made some modifications required by Brazilian laws; however, it still has challenges to be faced, since the convergence with international standards alters the organization's internal vision and facilitates the evaluation and comparison with other international organizations by investors. In addition to these changes it is important to understand that the financial statements prepared in accordance with IFRS for SMEs aims at identifying transparently information about the financial position, performance and cash flows of that organization. We demonstrated in this research the importance of monitoring these organizations, aiming at the use of a common procedure between Brazilian and International standards. Thus, comparisons can be made more responsive and effective. This scenario will bring many benefits to the Brazilian economic environment.

Keywords: Audit, Accounting, IFRS SMEs

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 Demonstrações Financeiras	53
FIGURA 2 Balanço Patrimonial	54
FIGURA 3 Demonstração do Déficit do Exercício	56
FIGURA 4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	57
FIGURA 5 Demonstração dos fluxos de caixa.....	58
FIGURA 6 Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras	71
FIGURA 7 Políticas e práticas contábeis.....	75
FIGURA 8 Composição dos Estoques.....	76
FIGURA 9 Notas Explicativas – Ativo Imobilizado	77

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Resumo das Seções e Exigências Legais – NBC T 19.41	80
-----------------	--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

AIC - *Asociación Interamericana de Contabilidad*

AICPA - *American Institute of Certified Public Accountants*

ANCINE – Agência Nacional do Cinema

APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais.

BACEN – Banco Central do Brasil

BH – Belo Horizonte

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

EGP – Empresa de Grande Porte

EPP – Empresa de Pequeno Porte

EU - *European Union*

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

FGTS – Fundo Garantia do Tempo de Serviço

FICART – Fundos de Investimento Cultural e Artístico

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

FNC – Fundo Nacional da Cultura

IASB – *International Accounting Standards Boards*

IASC - *International Accounting Standards Committee*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

ICCAP - *International Coordination Committee for Accountancy Profession*

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IFAC – *International Federation of Accountants*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IOSCO – *International Organization of Securities Commissions*

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

ITG – Interpretação Técnica Geral

ME – Micro Empresa

MG – Minas Gerais

MINc – Ministério da Cultura

NBCT – Normas Brasileiras de Contabilidade

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

OECD - *Organization for Economic Cooperation and Development*

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PIS – Programa de Integridade Social

PME – Pequenas e Médias Empresas

PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEC - *Securities and Exchange Commission*

SRF – Secretaria Receita Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização	12
1.2 Questão da Pesquisa	17
1.3 Objetivos	18
1.3.1 Objetivo Geral	18
1.3.2 Objetivos Específicos	18
1.4 Justificativa e Relevância	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 Classificação Empresarial	20
2.1.1 Conceito de Sociedade de Grande Porte	20
2.1.2 Conceito de Sociedade de Médio Porte	20
2.1.3 Conceito de Sociedade de Pequeno Porte.....	21
2.2 Princípios Contábeis das Pequenas e Médias Empresas PMEs	22
2.2.1 Constituição e Funcionamento de organizações do terceiro setor	24
2.2.1.1 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	24
2.2.1.2 A Lei Rouanet e os Incentivos Fiscais	26
2.3 Conceitos e princípios sobre o IFRS – International Financial Reporting Standards.....	33
2.4 Principais Organismos Reguladores da Contabilidade Nacional	35
2.5 Principais Organismos Reguladores da Contabilidade Internacional.....	36
2.6 A Contabilidade e o Cenário Internacional	39
2.6.1 O processo de elaboração das normas contábeis internacionais.....	41
2.7 A nova contabilidade para pequenas e médias empresas – PMEs NBCT 19.41	43
3 METODOLOGIA	44
3.1 Taxonomia	44
3.1.1 Metodologia, método e técnica	44
3.1.2 Classificação da Pesquisa.....	45
3.1.2.1 Com base nos objetivos	45
3.1.2.2 Com base nos procedimentos técnicos.....	46

3.1.2.3 Com base na abordagem do problema	47
3.2 Instrumento de Pesquisa e Análise dos Dados.....	48
3.3 Universo e Amostra Pesquisada.....	50
3.4 Limitações do Estudo	51
4 DESENVOLVIMENTO	52
4.1 Seção 1 – Pequenas e Médias Empresas.....	52
4.2 Seção 2 – Conceitos e Princípios Gerais	52
4.3 Seção 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	53
4.4 Seção 4 – Balanço Patrimonial	54
4.5 Seção 5 – Demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente.....	55
4.6 Seção 6 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	57
4.7 Seção 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	58
4.8 Seção 8 – Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	59
4.9 Seção 10 – Políticas Contábeis, Estimativas e Erros.....	72
4.10 Seção 13 – Estoques	76
4.11 Seção 17 – Ativo Imobilizado	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
5.1 Contribuições obtidas com o trabalho.....	79
5.2 Sugestões para pesquisas futuras	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

No atual panorama econômico mundial, pode se afirmar que existem três setores que de formas diversificadas fazem movimentar a economia e trabalham para a evolução da sociedade.

Situado no primeiro setor está o Estado, que por meio de seus órgãos e entidades, exerce suas múltiplas atividades, quais sejam, política, administrativa, econômica e financeira com o objetivo de cumprir suas finalidades básicas. No segundo setor situam-se as empresas privadas, que exercem suas atividades com o fim de obter lucros a serem distribuídos aos investidores como remuneração do capital aplicado.

O terceiro setor, de acordo com Loschpe (2000 p.26) é um conceito que vem sendo utilizado no Brasil e em outros países, principalmente nos Estados Unidos da América, para designar o conjunto composto de organizações sem fins lucrativos, cujo papel principal é a participação voluntária, fora do âmbito governamental, que dão suporte às práticas da caridade, da filantropia e do mecenato voltadas para a garantia do direito de cidadania da sociedade.

A partir de 2008, a contabilidade no Brasil, tida como o principal sistema de informação das organizações empresariais, que propicia condições para realizar o controle do patrimônio e avaliar o seu desempenho, teve mudanças significativas, visando alinhar as práticas brasileiras às internacionais. .

O Brasil passou a adotar as normas de Contabilidade mais comumente conhecidos por *International Financial Reporting Standards* (IFRS), a partir de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. A principal inovação trazida por esse processo de convergência às normas internacionais é que a prática contábil brasileira passa a estar mais baseada na interpretação dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) do que na mera aplicação de regras nacionais como no passado. Isso traz implicações relevantes

para a qualidade da informação contábil, e, conseqüentemente, para o profissional de contabilidade, outros profissionais que utilizam essa informação, investidores e analistas do mercado financeiro e demais interessados.

Essa Lei introduziu importantes conceitos do direito societário, tendo sido adaptados conceitos legais bastante utilizados em economias mais desenvolvidas, como Estados Unidos e países da Europa.

Segundo SAIKI e ANTUNES (2010) foram trazidas inovações tanto para as demonstrações contábeis quanto para as práticas contábeis, visto que essas normas são baseadas muito mais em princípios do que regras.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emite normas, interpretações e comunicados técnicos de forma convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) para elaboração de demonstrações contábeis para fins gerais no Brasil. Outros relatórios financeiros compreendem informações fornecidas fora das demonstrações contábeis que auxiliam na interpretação do conjunto completo de demonstrações contábeis ou melhoram a capacidade do usuário de tomar decisões econômicas eficientes.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi idealizado a partir da união de esforços e comunhão de objetivos das seguintes entidades:

- ABRASCA
- APIMEC NACIONAL
- BOVESPA
- CFC
- FIPECAFI
- IBRACON

O CPC surgiu devido as seguintes necessidades listadas abaixo:

- Convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custos das análises e decisões, redução de custo de capital);
- Centralização na emissão de normas dessa natureza (pois no Brasil, diversas entidades o fazem);

- Representação e processos democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia e governo).

O CPC foi criado pela Resolução CFC nº 1055/05 e tem como principal objetivo; o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informação dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando a centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

As normas, interpretações e comunicados técnicos definem as exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionada às transações e outros eventos e condições que são importantes em demonstrações contábeis para fins gerais. Elas também podem definir as exigências para transações, eventos e condições que surgem principalmente em segmentos específicos.

As demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidade diversas. Governo, órgãos reguladores ou autoridades fiscais, por exemplo, podem especificamente determinar exigências para atender seus próprios fins. Essas exigências, no entanto não devem afetar as demonstrações contábeis preparadas segundo a estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, conforme a Resolução nº 1.121/2008 do CFC.

Demonstrações contábeis preparadas sob a égide dessa estrutura conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

A NBC T 19.41 – Contabilidade para pequenas e médias, decorre da conversão em norma pelo CFC, entidade legalmente responsável pela edição de Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional, do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, elaborado com base na IFRS *for*

SMEs do International Accounting Standards Board (IASB). Representa, ainda, o coroamento dos esforços despendidos pelo País na busca da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, instituída pelo Governo Federal e é de extrema utilidade e necessidade para a execução dos trabalhos por parte dos profissionais de contabilidade, em todas as áreas de atuação.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 19.41 – Contabilidade para pequenas e médias empresas foi aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09.

O termo “pequenas e médias empresas” adotado na norma não inclui as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as sociedades de grande porte, como definido da Lei nº 11.638/07, as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador.

As pequenas e médias empresas (PMEs) muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários e administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais. Demonstrações contábeis produzidas apenas para esses propósitos não são necessariamente demonstrações contábeis para fins gerais.

A NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas (doravante, NBC TG 1000) passou a ter sua adoção obrigatória a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2010 para todas as empresas definidas como “Pequenas e Médias Empresas”, alcançando inclusive, as microempresas e empresas de pequeno porte. A ITG 1000 tem por objetivo estabelecer critérios e procedimentos contábeis simplificados para o registro das transações e operações que são comumente observadas na realidade das microempresas e empresas de pequeno porte. Porém em determinados casos é possível que tais entidades possuam transações ou eventos materiais que não estejam contemplados na ITG 1000. Nesta situação os requisitos da ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros devem ser observados.

A ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros destina-se a orientar o atendimento as exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos

pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidade imune isenta de impostos e contribuições para a seguridade social, beneficente de assistência social e atendimento aos Ministérios da Justiça, Educação, Saúde, Cultura, Previdência, Desenvolvimento Social e Combate a Fome e ainda, Receita Federal do Brasil e demais órgãos federais, estaduais e municipais.

As leis fiscais são específicas e os objetivos das demonstrações contábeis para fins gerais diferem dos objetivos das demonstrações contábeis destinadas a apurar resultados tributáveis. Assim, não se pode esperar que demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a norma para PMEs sejam totalmente compatíveis com as exigências legais para fins fiscais ou outros fins específicos. De acordo com esta norma uma forma de contabilizar ambos os requisitos é a estruturação de controles fiscais com conciliações dos resultados apurados e por outros meios.

Assim, o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

Segundo o Pronunciamento técnico para PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas, a entidade cujas demonstrações contábeis estiverem em conformidade com este pronunciamento deve fazer uma declaração explícita e sem reservas dessa conformidade nas notas explicativas. As demonstrações contábeis não devem ser descritas como em conformidade com este pronunciamento a não ser que estejam em conformidade com todos os requerimentos deste pronunciamento.

1.2 Questão da Pesquisa

Diante dos argumentos expostos, formula-se a seguinte a questão de pesquisa:

Como é realizada a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) em uma organização do terceiro setor, através de seu cenário atual e diante de sua relevância e dos seus possíveis efeitos na qualidade e divulgação das informações contábeis?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo principal do trabalho é analisar através do estudo de caso, a convergência da contabilidade aos padrões internacionais em uma entidade do terceiro setor, verificando se a adoção está dentro das exigências legais e apontando as características relevantes para oferecer informações que sejam úteis aos seus usuários para a tomada de decisões.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos abrangem os seguintes aspectos:

- Investigar as principais mudanças com relação à prática contábil brasileira para a entidade, focando na importância de uma linguagem homogênea diante do mercado;
- Analisar as normas sobre as demonstrações contábeis e principais processos da entidade, fazendo a menção às exigências legais e cenário atual;
- Descrever as mudanças necessárias aos processos da entidade, para conformidade às normas contábeis vigentes.

1.4 Justificativa e Relevância

A adoção do IFRS se faz necessária e possui grande importância sob a ótica da transparência nas transações e mensuração dos fatos financeiros, contribuindo significativamente para as boas práticas de governança corporativa, inclusive para haver compatibilidade global sobre as informações. O desafio maior é conhecer as normas e aplicá-las de forma correta.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as normas contábeis internacionais aplicáveis às pequenas e médias empresas e sua importância e aplicação nestas organizações. Além disso, este estudo busca descrever o cenário internacional em relação a essas normas e demonstrar, a partir do estudo e de sua aplicação prática, as alterações e adaptações necessárias aos processos das entidades, diante das novas exigências.

Dessa forma, o estudo poderá contribuir para a construção do conhecimento no que se refere à aplicação prática das normas contábeis internacionais às pequenas e médias empresas, além de orientar os gestores destas no processo de convergência e sua aplicabilidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Classificação empresarial

Para o desenvolvimento da presente pesquisa promove-se o enquadramento para a classificação das empresas num primeiro momento por empresa e num segundo momento por grupo econômico.

2.1.1 Conceito de sociedade de grande porte

Determina o art. 3º da Lei nº 11.638/2007 que: “Aplicam-se às **sociedades de grande porte**, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.” (grifo nosso)

E de acordo com parágrafo único daquele artigo que “**Considera-se de grande porte**, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)”. (grifo nosso).

2.1.2 Conceito de sociedade de médio porte

Empresa de médio porte, no Brasil, segundo o IBGE e SEBRAE, é caracterizada pela quantidade de funcionários que ela possui. Se for indústria, é considerada como média, empresas com 100 a 499 empregados. Caso ela seja uma

empresa comercial ou de serviços ele poderá ter de 50 a 99 empregados para ser considerado uma empresa média.

Considerando o parâmetro receita bruta anual, parâmetro esse utilizado na classificação de **EGP** e **Pequeno porte**, por dedução percebe-se que as empresas que possuem receita bruta superior de R\$3.600.000,01 até R\$299.999.999,99 para efeito de aplicação da legislação que trata da obrigatoriedade de auditoria e tornar público suas demonstrações contábeis. Considera-se nesse intervalo citado o valor de receitas para uma única empresa.

2.1.3 Conceito de sociedade de pequeno porte

No artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Capítulo II há a seguinte classificação: “**consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte** a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: (Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011) (Produção de efeitos – vide art. 7º da Lei Complementar nº 139, de 2011).” (grifo nosso)

No caso da microempresa, enquadra-se como tal se esta auferir, em **cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00** (trezentos e sessenta mil reais); e redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011) (Produção de efeitos – vide art. 7º da Lei Complementar nº 139, de 2011). (grifo nosso)

No caso da empresa de pequeno porte, enquadra-se como tal se esta auferir, em **cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00** (três milhões e seiscentos mil reais). Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10

de novembro de 2011) (Produção de efeitos – vide art. 7º da Lei Complementar nº 139, de 2011). (grifo nosso)

No parágrafo 1º, do artigo 7º, considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

2.2 Princípios contábeis das pequenas e médias empresas – PMEs

De acordo com a NBC T 19.41- Contabilidade para pequenas e médias empresas, 1º Edição de 2010, pequenas e médias empresas são empresas que:

- a. não tem obrigação pública de prestação de contas; e
- b. elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

Uma empresa tem obrigatoriedade de prestação pública de contas se:

- a. seus instrumentos de dívida ou patrimoniais são negociados em mercado de ações ou estiverem no processo de emissão de tais instrumentos para negociação em mercado aberto (em bolsa de valores nacional ou estrangeira ou em mercado de balcão, incluindo mercados locais ou regionais; ou
- b. possuir ativos em condição fiduciária perante um grupo amplo de terceiros como um de seus principais negócios. Esse é o caso típico de bancos, cooperativas de crédito, companhias de seguros, corretoras de seguro, fundos mútuos e bancos de investimento.

Portanto, no Brasil, as sociedades por ações, fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, são tidas, para fins, desta norma, como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº 11.638/07 como sociedades de grande porte. As sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei nº 11.638/07, como sociedade de grande porte, também são tidas, para fins desta Norma, como pequenas e médias empresas.

Algumas empresas podem também possuir ativos em condição fiduciária perante um grupo amplo de partes externas, em razão de possuir e gerenciar recursos financeiros confiados a eles pelos clientes, consumidores ou membros não envolvidos na administração da empresa. Entretanto, se elas o fazem por razões incidentais a um negócio principal, (como, por exemplo, pode ser o caso de agências de viagens ou corretoras de imóveis, escolas, organizações de caridade, cooperativas que exijam um depósito nominal de participação, e vendedores que recebem pagamento adiantado para entrega futura dos produtos, como empresas de serviços públicos), isso não as torna obrigadas à prestação pública de contas.

Se a entidade obrigada à prestação pública de contas usar esta norma, suas demonstrações contábeis não podem ser descritas como se estivessem em conformidade com a Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) – mesmo que lei ou regulamentação permita ou exija que esta Norma seja usada por empresas obrigadas à prestação pública de contas.

Uma controlada cuja controladora utiliza as normas do CFC de forma integral ou que é parte do grupo econômico que os utiliza, não está proibida de usar esta Norma para PMEs na elaboração de suas próprias demonstrações contábeis se essa controlada não tiver obrigação de prestação pública de contas por si mesma. Se suas demonstrações contábeis forem descritas como estando em conformidade com essa Norma para PMEs, elas devem estar em conformidade como todas as regras da Norma.

Ainda de acordo com a NBC T 19.41- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, 1º Edição de 2010, o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas

e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender às suas necessidades particulares de informação.

E as demonstrações contábeis também mostram os resultados da diligência da administração – a responsabilidade da administração pelos recursos confiados a ela.

2.2.1 Constituição e funcionamento de organizações do terceiro setor

De acordo com Araújo (2005) as organizações do terceiro setor, que são pessoas jurídicas de direito privado, podem ser constituídas como Associações ou como Fundações, conforme reza o art.44 do Código Civil brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), alterado pela Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003. São pessoas jurídicas de direito privado:

- I. As associações;
- II. As sociedades;
- III. As fundações;
- IV. As organizações religiosas;
- V. Os partidos políticos.

2.2.1.1 Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)

Para Araújo (2005) Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) são organizações do terceiro setor que, por intermédio da lei, relacionam-se com o Estado através de termo de parceria. São organizações parceiras do Estado.

A Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, a chamada lei do terceiro setor, é o instrumento disciplinador das OSCIPs. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

Estes dois instrumentos legais determinam às organizações que pretendem ter o título de OSCIP o cumprimento de certos requisitos, haja vista o diferencial que terão em relação às demais organizações não consideradas OSCIPs.

Os requisitos legais para a qualificação como OSCIP de uma associação sem fins lucrativos estão expostos, na forma da Lei nº 9.790, que diz em seu art.1º:

“Art.1º: Podem qualificar-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.”

Para Araújo (2005), muitas vezes parece existir um certo ranço de controle do Estado sobre a OSCIP, sendo assim o legislador procurou, acima de tudo, garantir a transparência no uso da coisa pública, pois ao terceiro setor é imposta a transparência acima de qualquer outro princípio que se venha a exigir de seus gestores ou aplicar a eles na condução dos negócios desse tipo de organização, pois os recursos que utilizam são públicos, ainda que não governamentais, em sua maioria. No caso de OSCIP, mais transparentes devem ser os seus gestores, principalmente por utilizarem essas organizações recursos provenientes dos cofres do Estado, portanto públicos e governamentais.

Os avanços promovidos pela chamada lei do terceiro setor, ao exigir a correta aplicação dos recursos, bem como a manutenção de contabilidade completa de suas operações e a necessidade de auditoria independente para as OSCIPs, não devem ser considerados como meros aspectos intervencionistas do Estado no terceiro

setor, mas como um instrumento que evoca a transparência na gestão dessas organizações é o que afirma Araújo (2005).

2.2.1.2 A Lei Rouanet e os Incentivos Fiscais

A Lei Federal de Incentivo a Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida como Lei Rouanet trata á respeito das politicas publicas para a cultura nacional, como o PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura.

O grande destaque da Lei Rouanet é a politica de incentivos fiscais que possibilita as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) aplicarem uma parte do IR (Imposto de Renda) devido em ações culturais.

Segundo as disposições legais da Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, podemos destacar alguns pontos de importância para melhor entendimento do assunto.

No artigo 1º da Lei temos as disposições referentes ao PRONAC que possui a finalidade de estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional, entre suas outras funções:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

I – Contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura, e o pleno exercício dos direitos culturais;

II – Promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;

III – Apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;

IV – Proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;

V – Salvaguardar a sobrevivência, e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;

VI – Preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

VII – Desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;

VIII – Estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

IX – Priorizar o produto cultural originário do País;

O programa PRONAC estabeleceu os seguintes mecanismos de apoio:

- Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart);
- Incentivo Fiscal e Fundo Nacional da Cultura (FNC)

O primeiro consiste na comunhão de recursos destinados a aplicação em projetos culturais e artísticos, de cunho comercial com participação dos investidores nos eventuais lucros, mas até o momento não foi implementado.

Dessa forma hoje o PRONAC possui dois mecanismos ativos; o FNC e o Incentivo Fiscal.

Art. 2º O PRONAC será implementado através dos seguintes mecanismos:

I – Fundo Nacional da Cultura (FNC);

II – Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart);

III – Incentivo a projetos culturais;

§ 1º Os incentivos criados por esta Lei somente serão concedidos, a projetos culturais cuja exibição, utilização e circulação dos bens culturais deles resultantes sejam abertas, sem distinção a qualquer pessoa, se gratuitas, e a público pagante, se cobrado o ingresso.

§ 2º É vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos, ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso.

O FNC é um fundo de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração que funciona sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos

reembolsáveis. Contempla projetos culturais compatíveis com uma das seguintes finalidades:

- I. Estimular a distribuição regional equitativa dos recursos a serem aplicados na execução de projetos culturais e artísticos;
- II. Favorecer a visão interestadual, estimulando projetos que explorem propostas culturais conjuntas, de enfoque regional;
- III. Apoiar projetos dotados de conteúdo cultural que enfatizem o aperfeiçoamento profissional e artístico dos recursos humanos na área da cultura, a criatividade e a diversidade cultural brasileira;
- IV. Contribuir para a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro;
- V. Favorecer projetos que atendam às necessidades da produção cultural e aos interesses da coletividade, ai considerados os níveis qualitativos e quantitativos de atendimentos às demandas culturais existentes, o caráter multiplicador dos projetos através de seus aspectos sócio culturais e a priorização de projetos em áreas artísticas e culturais com menos possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios.

Os projetos são analisados pela Comissão do Fundo Nacional da Cultura (CFNC), presidida pelo secretário executivo do MINc e compostas pelos secretários do Ministério e presidente das instituições vinculadas (Funarte, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional de Artes, Casa Rui Barbosa, Instituto Brasileiro de Museus, Agência Nacional do Cinema, Fundação Cultural Palmares, Ancine e Fundação Biblioteca Nacional).

O incentivo fiscal, também chamado de Renúncia Fiscal ou Mecenato, é uma forma de estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural. O proponente apresenta uma proposta cultural ao Ministério da Cultura (MINc) e caso seja aprovada, é autorizada a captar recursos juntos a pessoas físicas pagadoras de Imposto de Renda (IR) ou empresas tributadas pelo Lucro Real visando à execução do projeto.

Art. 3º Para cumprimento das finalidades expressas no art.1º, dessa lei, os projetos culturais, em cujo favor serão captados e canalizados os recursos do PRONAC atenderão pelo menos um dos seguintes objetivos:

I – Incentivo à formação artística e cultural, mediante:

- a) Concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho, no Brasil, ou no exterior, a autores, artistas e técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil;
- b) Concessão de Prêmios a criadores, autores, artistas, técnicos e suas obras, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas, em concursos e festivais realizados no Brasil;
- c) Instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura, em estabelecimentos de ensinos sem fins lucrativos.

II – Fomento a produção cultural e artística, mediante:

- a) Produção de discos, vídeos, obras cinematográficas de curta e média metragem e filmes documentais, preservação do acervo cinematográfico bem assim de outras obras de reprodução vídeo fonográfica de caráter cultural;
- b) Edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes;
- c) Realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore;
- d) Cobertura de despesas com transporte e seguros de objetos de valor cultural destinados a exposições públicas no país e no exterior;
- e) Realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas ou congêneres;

III – Preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante:

- a) Construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamentos de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;
- b) Conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços ,inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos;
- c) Restauração de obras de arte e bens móveis, e imóveis de reconhecimento valor cultural;
- d) Proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares nacionais.

IV – Estimulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, mediante:

- a) Distribuição gratuita e pública de ingressos para espetáculos culturais e artísticos;
- b) Levantamentos, estudos e pesquisas na área da cultura e da arte e de seus vários segmentos;
- c) Fornecimento de recursos para o FNC, e para fundações culturais com fins específicos ou para museus, bibliotecas, arquivos ou outras entidades de caráter cultural.

V – Apoio a outras atividades culturais e artísticas, mediante:

- a) Realização de missões culturais no país e no exterior, inclusive através do fornecimento de passagens;
- b) Contratação de serviços para elaboração de projetos culturais;
- c) Ações não previstas nos incisos anteriores e consideradas relevantes pelo Ministro de Estado da Cultura, consultada a Comissão Nacional de Apoio a Cultura.

No mecanismo do Incentivo Fiscal, as propostas culturais devem ser apresentadas entre 1º de fevereiro e 30 de novembro de cada ano no Sistema de Apoio as Leis de Incentivo a Cultura (*SalicWeb*), disponível no site do Ministério da Cultura.

Podem apresentar propostas pessoas físicas com atuação na área cultural (artistas, produtores culturais, técnicos da área cultural, etc.) pessoas jurídicas públicas de natureza cultural da administração indireta (autarquia, fundações culturais, etc); e pessoas jurídicas privadas de natureza cultural com ou sem fins lucrativos (empresas, cooperativas, fundações, ONGs, Organizações Culturais e etc).

As pessoas físicas podem ter até 2 projetos e as pessoas jurídicas podem ter até 5 projetos ativos no sistema de Apoio à Lei de Incentivo (Salic) compreendidos entre a apresentação de proposta e do relatório final de cumprimento ao projeto.

Acima deste limite e até o número máximo de 4 projetos para pessoa física e 10 projetos para pessoa jurídica, somente serão admitidas propostas para o proponente que tiver liberação da movimentação dos recursos captados em pelo menos 33% das propostas apresentadas, considerado o número de propostas apresentadas nos últimos 3 anos.

No Fundo Nacional da Cultura, os projetos podem ser inscritos mediante o chamamento público.

Artº 18 – Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao FNC, nos termos do art.5º, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art.1º desta Lei.

§ 1º Os contribuintes poderão deduzir do Imposto de Renda devido as quantias efetivamente despendidas nos projetos elencados no § 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Cultura, nos limites e nas condições estabelecidas na legislação do Imposto de Renda vigente, na forma de:

- a) Doações e;
- b) Patrocínios

§ 2º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real não poderão deduzir o valor da doação ou do patrocínio referido no parágrafo anterior como despesa operacional.

§ 3º As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1º, atenderão exclusivamente os seguintes segmentos:

- a) Artes Cênicas;
- b) Livros de valor artístico, literário ou humanístico;
- c) Música Erudita ou Instrumental;
- d) Exposições de Artes Visuais;
- e) Doações de Acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos;
- f) Produção de obras cinematográficas e vídeo fonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual;
- g) Preservação do patrimônio cultural material e imaterial;
- h) Construção e manutenção de salas de cinema e teatro que poderão funcionar também como centros culturais comunitários em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

Segundo a Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, temos algumas considerações importantes acerca do assunto, e à respeito das definições para Doações e Patrocínios:

Art.18 Para os efeitos desta Seção (Seção III – Atividades Culturais ou Artísticas), consideram-se:

I – Doações: a transferência gratuita em caráter definitivo a pessoa física ou pessoa jurídica de natureza cultural, sem fins lucrativos, de numerário, bens ou serviços para a realização de projetos

culturais, vedado o seu uso em publicidade para divulgação das atividades objeto do respectivo projeto cultural;

II – Patrocínios:

- a) A transferência gratuita em caráter definitivo, à pessoa física ou jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, de numerário para a realização de projetos culturais, com finalidade promocional e institucional de publicidade.
- b) A cobertura de gastos ou a utilização de bens móveis ou imóveis do patrimônio do patrocinador, sem a transferência de domínio para a realização de projetos culturais por pessoa física ou jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos.
- c) Apoio financeiro em favor de projetos de execução de planos plurianuais de atividades culturais apresentados por entidades culturais de relevantes serviços prestados a cultura nacional.

III – Beneficiário: a pessoa física ou jurídica de natureza cultural responsável por projetos culturais devidamente aprovados;

IV – Incentivadores: os doadores e patrocinadores;

V – Pessoa jurídica de natureza cultural, a entidade em cujo estatuto se disponha expressamente sobre sua finalidade cultural.

Parágrafo Único: Equiparam-se a doações, nos termos do regulamento do Pronac:

I – As despesas realizadas por pessoas jurídicas na aquisição de ingressos para eventos de caráter cultural ou artístico para doação a seus empregados e dependentes legais, devidamente representados pelas respectivas organizações de trabalho na empresa, objeto de acordo firmado entre as partes e aprovado pela Ancine ou pelo MinC;

II – As despesas efetuadas por pessoas jurídicas com o objetivo de conservar, preservar ou restaurar bens de sua propriedade ou sob sua posse legítima, tombados pelo Governo Federal, desde que atendida as seguintes condições:

- a) Preliminar definição pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), das normas e critérios técnicos que deverão reger os projetos e orçamentos de que trata este inciso:

- b) Aprovação prévia, pelo Iphan, dos projetos e respectivos orçamentos de execução de obras;
- c) Posterior certificado pelo referido órgão, das despesas efetivamente realizadas e das circunstâncias de terem sido as obras executadas de acordo com os projetos aprovados.

Art.19 – As transferências a título de doações ou patrocínios não estão sujeitas a incidência do imposto de renda na fonte (IRRF).

Para a auditora e contadora Lusia Angelete as doações e patrocínios são descontados do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e empresas tributadas pelo lucro real, observados os seguintes limites:

- Pessoas físicas: até 80% do valor da doação ou 60% do patrocínio desde que não ultrapasse a 6% do imposto devido no ano;
- Pessoas jurídicas:
 - Até 100% da doação ou do patrocínio a projetos especiais, limitados a 4% do imposto devido;
 - Até 40% da doação ou até 30% do patrocínio aos demais projetos, limitados a 4% do imposto devido.

2.3 Conceito e princípios sobre o IFRS – *International Financial Reporting Standards*

Para Müller e Scherer (2010), em abril de 2001, foi criado o IASB, que assumiu as responsabilidades técnicas do IASC. O objetivo da criação do IASB foi melhorar a estrutura técnica de formulação e de validação dos novos *standards* emitidos pelo IASB, que passaram a receber a denominação de *International Financial Reporting Standards* (IRFS), ou normas internacionais de divulgação financeira, em uma tradução literal.

Em março de 2004, foi publicado o IFRS1, que define os procedimentos a serem adotados pelas empresas no processo de conversão e primeira publicação de suas demonstrações contábeis de acordo com as IFRS.

É importante observar que desde 31 de dezembro de 2005 todas as empresas europeias de capital aberto publicam suas demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS.

Hoje, a melhor interpretação é a de que as empresas e os profissionais de contabilidade dispõem de duas opções para elaborarem tanto a escrituração contábil como as Demonstrações Contábeis, ou seja as IFRS completas ou as IFRS para as pequenas e médias empresas (PMEs).

“Para evitar dubiedade e não minar seus esforços de cumprimento completo das IFRS, o IASB esclarece que as demonstrações contábeis iniciais, em IFRS são aquelas primeiras demonstrações anuais nas quais a entidade adota as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) contendo uma declaração explícita e sem restrições de cumprimento de tais normas.” (CARVALHO, 2006, p.20)

“Em síntese, a empresa que adota as IFRS pela primeira vez utilizará a versão corrente das IFRS, sem considerar versões substituídas ou alteradas. Adicionalmente, a entidade poderá adotar uma nova Norma que ainda não entrou em vigor, se permitido a aplicação anterior.” (CARVALHO,2006,p.23).

“De forma geral a definição da data de transição para as IFRS depende de três fatores: primeiro da data de adoção das IFRS; segundo, do número de ano de informação comparativa que a entidade decide apresentar junto com as demonstrações contábeis do ano de adoção; e terceiro, da elaboração ou não de relatórios intermediários.” (CARVALHO, 2006, p.23)

“Em outras palavras, a empresa que adota as IFRS pela primeira vez deverá explicar, consistentemente, a mesma política contábil por todos os períodos apresentados em suas primeiras demonstrações contábeis em IFRS. Essas políticas contábeis serão aquelas cobertas pela última versão de cada IFRS efetiva na data das demonstrações contábeis”. (CARVALHO, 2006, p.25)

2.4 Principais organismos reguladores da contabilidade nacional

A formalização das normas contábeis sejam elas, nacionais ou internacionais depende da aceitação e fiscalização de alguns órgãos. Assim, podemos citar alguns dos principais órgãos fiscalizadores e normalizadores das normas contábeis brasileiras:

Segundo Martins (2007), os principais órgãos brasileiros de normatização contábil são:

- a. **Conselho Federal de Contabilidade (CFC):** criado através do Decreto nº 9.295 de maio de 1946 é o principal órgão fiscalizador do exercício da profissão contábil no Brasil. O CFC possui um grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade compostos por várias entidades e organismos públicos e privados, destacando-se como os principais: o IBRACON, o BACEN, a CVM e o CPC (CFC, 2009);
- b. **Comissão de Valores Mobiliários (CVM):** criada pela Lei nº 6.385 de dezembro de 1976, é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por finalidade: assegurar e regular os mercados da bolsa, proteger os titulares de valores mobiliários contra irregularidades e promover a expansão e o funcionamento eficiente do mercado de ações (CVM, 2009);
- c. **Instituto dos Auditores Independentes no Brasil (IBRACON):** fundado em 13 de dezembro de 1971, é uma entidade profissional que formada por contadores e auditores independentes, tendo como função discutir, desenvolver e divulgar as posições técnicas e éticas da atividade contábil e de auditoria no Brasil (IBRACON, 2009);
- d. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** criado em 07 de outubro de 2005, pela Resolução CFC nº 1.055/05, do Conselho Federal de Santa Catarina (CFC), é um comitê formado pela ABRASCA, APIMEC, BOVESPA, CFC, FIPECAFI e IBRACON. Tem como objetivos: estudar, preparar e emitir

pronunciamentos técnicos sobre os procedimentos de contabilidade, para permitir a emissão de normas contábeis pelas entidades reguladoras brasileiras, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais de contabilidade (BRAGA e ALMEIDA, 2009);

- e. **Banco Central do Brasil (BACEN):** é uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, foi criado em 31 de dezembro de 1964 com a promulgação da Lei nº 4.595. Emite normas contábeis legais e Resoluções impositivas às instituições financeiras e tem como principais funções: a formulação, execução e o acompanhamento da política cambial e o controle das operações de créditos. Emite normas contábeis legais e Resoluções impositivas às instituições financeiras (BACEN, 2009);
- f. **Secretaria da Receita Federal (SRF):** criada pelo Decreto nº 63.659 de 20 de dezembro de 1968, substituindo a Diretoria Geral da Fazenda Nacional, é um órgão do Ministério da Fazenda que tem como objetivo principal supervisionar e arrecadar os tributos e emitir normas contábeis no que tange à legislação do Imposto de Renda (SRF, 2009).

2.5 Principais organismos reguladores da contabilidade internacional

Os principais organismos internacionais responsáveis pela emissão de normas e envolvidos na busca da harmonização contábil, são:

- a. **International Accounting Standards Board (IASB):** tem a sua sede em Londres e é o órgão responsável, desde 2001, pela emissão das *International Financial Reporting Standards* (IFRS). O IASB teve como antecessor o International Accounting Standards Committee (IASC), fundado em 1973 e responsável pela emissão de um conjunto de 41 IAS – *International*

Accounting Standards, nome dado anteriormente as IFRS (COSTA,2003).Entre os objetivos do IASB, está o de desenvolver um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, transparentes e comparáveis, que ajudem os usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas (NIYAMA,2005);

- b. ***International Federation of Accountants (IFAC)***: com sede em Nova York, é uma organização mundial, de natureza não governamental, sem fins lucrativos e não política. Fundado em 1977, tem como missão “estretar o relacionamento da profissão contábil em nível mundial [...] contribuir para o desenvolvimento da economia internacional [...] e representar a profissão em assuntos de interesse público.” (NIYAMA,2005.p.42);
- c. ***International Organization of Securities Commission (IOSCO)***: criada em 1983, reúne os organismos que gerenciam o Mercado de capitais. Segundo Niyama (2005), não é um órgão voltado especificamente às questões contábeis, mas tem na contabilidade um dos principais instrumentos para o monitoramento do mercado;
- d. ***Asociación Interamericana de Contabilidad (AIC)***: criada em 1949, é uma organização regional da profissão à América que tem como objetivo: “integrar os contadores do continente americano e assumir a representação da profissão.” (NIYAMA,2005,p.52).
- e. ***Organization for Economic Cooperation and Development (OECD)***: criada em 1960, é constituída por trinta países membros, entre eles: Áustria, Canadá, França, Alemanha, Itália, Holanda, Austrália, Nova Zelândia e Japão. Possui um grupo de trabalho padrões contábeis que atua “como uma espécie de fórum de debates para a troca de opiniões com as Nações Unidas, no que diz respeito á matéria contábil e relatórios financeiros.” (NIYAMA, 2005, p.46);
- f. ***European Union (EU)***: O Tratado de Roma (1957) é considerado o marco inicial do surgimento do bloco econômico conhecido como União Europeia. A tentativa de harmonização de princípios e praticas contábeis na *European*

Union foi implementada com a aprovação de diretivas que abrangem regras contábeis, tributárias, questões trabalhistas, entre outras. Dentre as diretivas editadas, a Quarta (1978) e a Sétima (1983). Diretivas são consideradas relevantes para a contabilidade (NIYAMA, 2005).

Temos também os órgãos referentes aos Estados Unidos da América, descritos abaixo:

- g. *Securities and Exchange Commission (SEC)*:** criado em 1934, é um órgão fiscalizador independente do governo federal, com a função de supervisionar a atividade das companhias abertas. Segundo Niyama (2005, p.88), a SEC “tem autoridade legal para esclarecer critérios e padrões contábeis para as companhias abertas, mas [...] transferiu a responsabilidade para o setor privado”.
- h. *Financial Accounting Standards Board (FASB)*:** criado em 1972, é um organismo do setor privado que tem a responsabilidade de regular e normatizar a contabilidade. Esta responsabilidade lhe é outorgada pela SEC, que considera seus princípios, práticas e padrões como tendo suporte e autoridade substancial. A SEC poderá, no entanto, interferir nas decisões do FASB, caso tenha posição divergente sobre determinado assunto (NIYAMA, 2005);
- i. *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*:** criado em 1937, é uma organização de grande influência para o desenvolvimento da teoria contábil, tendo atuação destacada na promulgação de padrões de auditoria e no código de ética profissional seguido pelos contadores públicos certificados (NIYAMA, 2005).

2.6 A contabilidade e o cenário Internacional

Para Carvalho (2006) a contabilidade internacional surgiu para minorar as agruras de quem quer investir fora de seu país e até hoje tinha que manusear balanços em dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibilizá-las para comparar.

Um dos comitês da *International Federation of Accountants* (IFAC), o *International Accounting Standards Committee* (IASC), em 2002 transformou-se no *International Accounting Standards Board* (IASB), organismo responsável pela criação disseminação e utilização regulares de um padrão de normas internacionais, buscando a convergência de normas entre os mais diversos países que integram seu quadro de membros.

Para Müller e Scherer (2010) à respeito do histórico e da estrutura das normas internacionais o *International Accounting Standards Board* (IASB) foi criado em 29 de junho de 1973, ainda como *International Accounting Standards Committee* (IASB), por um acordo entre nove países e posteriormente houve adesões de organizações profissionais de outros países na qualidade de membros associados.

Em 1º de abril passava a funcionar como IASB. Atualmente o Instituto dos Auditores Independentes no Brasil (Ibracon) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) são sócios do IASB. O IASB se constitui inicialmente na estruturação do *International Coordination Committee for Accountancy Profession* (ICCAP). Integra se organicamente na mencionada federação, mas é considerado um organismo independente com respeito à elaboração e emissão de normas contábeis internacionais. Tem a tarefa de propor normas para balizar a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis, procurando fazer com que essas normas sejam acatadas mundialmente.

Para eles a estrutura do Conselho de Normas Contábeis Internacionais é composta de órgãos como:

- Diretoria;
- Grupo Consultivo;
- Conselho

- Comitê de Interpretações
- Grupo de Estratégias de Trabalho.

A tradição dos profissionais segundo Müller e Scherer (2010), nos diversos países do mundo desenvolve-se por caminhos diversos. As diferenças da preparação científica e técnica dos contadores são importantes, uma vez que a predisposição dos profissionais em se submeterem a normas rigorosas varia de países como os Estados Unidos, em que as normas são muito detalhadas exigentes e observadas pelos profissionais, até os países em que as ditas normas são praticamente inexistentes. Por último não se pode esquecer que as normas do IASB são elaboradas com forte interferência dos padrões anglo-americanos, sendo evidente que, nos países em que tal orientação é predominante não existirá tanta resistência, enquanto que, naqueles países em que as práticas são muito diferentes, haverá seguramente maior resistência e dificuldade de adoção.

Para os mesmos autores as realidades socioeconômicas dos países-membros do IASB são sensivelmente diferentes, o que supõe divergências importantes na sociedade a que se atribui a informação contábil em relação aos objetivos e aos meios econômicos que se podem destinar à formação dos profissionais e para colocar em prática processos para captar e elaborar a informação contábil.

Os objetivos do IASB, como definidos no acordo que precede a sua carta constitutiva são os seguintes:

1. Elaborar e publicar, notoriamente, normas contábeis internacionais, que deverão ser observadas nos relatórios contábeis e;
2. Promover a aceitação e adoção prática de tais normas em escala mundial.

2.6.1 O processo de elaboração das normas contábeis internacionais

Para a elaboração de uma norma contábil segundo Müller e Scherer (2010), segue-se um método cuidadoso e certamente prolongado, visto que, normalmente, a obtenção do texto definitivo de uma norma se desenvolve ao longo de dois ou três anos de trabalho.

Para uma padronização contábil (definição de uma IAS), certos passos fundamentais são seguidos, a saber: representantes da comissão, membros, outras organizações e indivíduos e todo o staff do IASB pedem aos seus membros que submetam sugestões para os novos tópicos que podem ser objeto de estudo para normatização internacional.

O processo estabelecido pelo conselho garante que as normas tenham padrões de qualidade e que requeiram práticas de contabilidade apropriadas. O processo também assegura que as normas sejam aceitas e válidas para os usuários e elaboradores de relatórios financeiros: Assim:

- 1) O IASB escolhe um tema de estudo em função dos objetivos perseguidos pelo conselho, fundamentalmente o estabelecimento das bases para a apresentação dos relatórios contábeis. (*Point Outline*)
- 2) O tema escolhido é estudado por um grupo de trabalho constituído por representantes de países membros do IASB, assistido pelo secretariado do próprio IASB, que elabora um projeto de norma para a consideração do conselho (*Exposure Draft*)
- 3) O IASB estuda os projetos em diferentes etapas de desenvolvimento, formulando recomendações ao grupo de trabalho (*Discussion Paper*).
- 4) Em cada uma das etapas em que o projeto é objeto de exame, todos os membros fundadores do IASB efetuam consultas ao correspondente comitê de investigação contábil de seus próprios institutos.
- 5) O texto do projeto da norma contábil internacional é objeto de aprovação pelo IASB, sendo posteriormente publicado por todas as organizações membros. Há uma continuação dessa etapa, em que, durante meses, as organizações – membros tecem comentários e observações acerca das

normas. O conselho poderá também enviar os projetos a governos, bolsa de valores e outros organismos com capacidade regulamentar, que possam ser considerados de interesse.

- 6) Todos os comentários recebidos são examinados pelo grupo de trabalho responsável pelo projeto, que leva à consideração do conselho um texto revisado de projeto da norma.
- 7) O conselho do IASB aprova o texto definitivo da norma contábil, que aprovada, deve ser publicada pelas organizações membros em seus países respectivos.

O IASB integra-se organicamente à Federação Internacional de Contadores (Ifac), sendo parte dela, e tem autoridade direta sobre as organizações profissionais que são seus membros – e estas, sobre os profissionais que delas fazem parte.

As principais ligações do IASB com outros órgãos são relativas às bolsas de valores, a outros organismos internacionais de contabilidade e a organizações regionais nos países membros.

O propósito da elaboração e divulgação das Normas Internacionais de Contabilidade é o atendimento às necessidades dos mercados de capitais e da comunidade internacional dos negócios.

Para normatização da contabilidade o IASB produziu, até hoje 41 Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). Destas, algumas já foram revogadas, conforme será mostrado, e as demais são periodicamente revisadas, podendo, inclusive sofrer alterações.

2.7 A nova contabilidade para pequenas e médias empresas - PMEs – NBC T 19.41

O Conselho Federal de Contabilidade apresentou, na íntegra, a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 19.41 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09.

A NBC T 19.41 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, decorre da conversão em norma pelo CFC, entidade legalmente responsável pela edição de Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional, do Pronunciamento técnico PME Contabilidade para pequenas e médias empresas, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, elaborado com base na IFRS for SMEs do *International Accounting Standard Board* (IASB).

Representa, ainda, o coroamento dos esforços despendidos pelo País na busca de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais instituída pelo Governo Federal e é de extrema utilidade e necessidade para a execução dos trabalhos por parte dos profissionais de contabilidade em todas as áreas de atuação.

O termo pequenas e médias empresas adotado na norma não inclui as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as sociedades de grande porte, como definido da Lei nº 11.638/07, as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador.

A NBC T 19.41 aborda, dentre outros, assuntos como Conceitos e Princípios Gerais, Apresentação das Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstrações Consolidadas e Separadas, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e retificação de erro, etc.

3 METODOLOGIA

3.1 Taxonomia

3.1.1. Metodologia, método e técnica

Para Demo (1987), metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. É uma disciplina instrumental, a serviço da pesquisa. Ela tem uma finalidade em si apenas no metodólogo, que faz dela sua razão científica. Embora se busque mostrar a importância essencial dela no processo de formação científica não se pode abandonar aquilo que é a meta final: uma pesquisa mais científica. Assim, a metodologia não estuda teorias, mas o modo de armação delas.

A definição para o conceito, de método científico, segundo Ferrari (1926, p.19) nos diz que:

“O método científico é um traço característico da ciência, tanto da ciência pura como da ciência aplicada. Sem este método torna-se incompreensível falar de ciência, porque não poderia ser colocado em evidência o conjunto de sequências operacionais, sustentadas numa sistemática manipulação para alcançar determinado fim científico.”

A pesquisa adotará o método indutivo, que consiste no processo mental que, partindo de dados particulares suficientemente constatados, infere sobre uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Esse método realiza-se em três etapas:

- Observação dos fenômenos
- Descoberta da relação entre eles
- Generalização da relação

Segundo o autor Ruiz (1991), a indução é um processo de raciocínio inverso ao processo dedutivo. Enquanto a dedução parte dos enunciados mais gerais para chegar a conclusão particular ou menos geral, a indução caminha do registro de

fatos singulares ou menos gerais para chegar a conclusão desdobrada ou ampliada em enunciado mais geral.

Com relação à abordagem metodológica a abordagem da pesquisa será a abordagem empirista, utilizando-se da ciência como descrição dos fatos baseada em observações e experimentos que permitem estabelecer induções. Valoriza-se a capacidade dos sentidos de reproduzirem a evidência, a certeza e a objetividade do dado.

3.1.2 Classificação da Pesquisa

Para Ruiz (1991) a pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência. É o método de abordagem de um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa.

3.1.2.1 Com base nos objetivos

A tipologia da pesquisa quanto aos objetivos será exploratória.

A pesquisa exploratória é utilizada para realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa que será realizada, ou seja, aprofundar sobre o fenômeno que está sendo estudado, de modo que a pesquisa subsequente possa ser concebida com uma maior compreensão e precisão. Esse tipo de pesquisa pode ser realizada através de diversas técnicas geralmente com uma pequena amostra e permite ao pesquisador definir o seu problema de pesquisa, além de formular a sua hipótese com mais precisão. Esse tipo de pesquisa também permite escolher as técnicas mais adequadas para a pesquisa e decidir sobre as questões que mais necessitam de atenção e investigação detalhada.

Para Gil (2007) uma pesquisa pode ser considerada de natureza exploratória, quando esta envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram ou têm experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Pode se dizer que as pesquisas exploratórias visam proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo.

3.1.2.2 Com base nos procedimentos técnicos

A tipologia da pesquisa quanto aos procedimentos será a bibliográfica e a documental. Ela irá se basear na legislação com relação às normas internacionais de contabilidade, nas publicações periódicas, nos livros de referência e nos materiais de apoio acerca do assunto. No ambiente interno da organização a pesquisa irá se basear nas demonstrações contábeis, financeiras, relatórios, documentos internos, entrevistas e questionários se for o caso,

A definição da pesquisa bibliográfica, conforme Gil (1988, p.48) se dá conforme abaixo:

“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum do tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõe á análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.”

A definição da pesquisa documental, conforme Gil (1988, p.51) nos diz que:

“A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.”

3.1.2.3 Com base na abordagem do problema

A tipologia da pesquisa quanto a abordagem do problema será a pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa é descritiva, suas informações obtidas não podem ser quantificáveis, seus dados obtidos são analisados indutivamente e a interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Seu caráter é exploratório isto é estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas ou mesmo conscientes de maneira espontânea. É utilizada, quando se busca percepções e entendimentos sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para uma interpretação.

É uma pesquisa indutiva, ou seja, o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos concebidos.

As principais questões que podemos observar na pesquisa qualitativa são:

- Percepção do fenômeno
- Isolar e Selecionar Casos
- Observar sequencia testemunhos e conceitos
- Observar, interpretar e registrar
- Determinar padrões selecionar e classificar
- Triangular, validar e interpretar
- Fazer estudos de casos ou relatórios
- Produto: Compreensão com ênfase em generalidades
- Realçar valores opiniões e atitudes

3.2 Instrumentos de pesquisa e análise dos dados

Optou, se pelo método de análise de conteúdo, o qual, para Bardin (2006,p.38) consiste em:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), inferência essa que recorre a indicadores (quantitativos ou não).”

Diante, do exposto percebe-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Como afirma Chizzotti (2006, p.98) “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas.”

Dentre as comunicações, Bauer e Gaskell (2008), indicam que os materiais textuais escritos são os mais tradicionais na análise de conteúdo, podendo ser manipulados pelo pesquisador na busca por respostas às questões de pesquisa. Com abordagem semelhante, Flick (2009, p.291) afirma que a análise de conteúdo “é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material.”.

Para Minayo (2001,p.74) a análise de conteúdo é compreendida muito mais como um conjunto de técnicas. Na visão da autora constitui se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada e tem duas funções, verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por traz dos conteúdos manifestos. Tais funções podem ser complementares com aplicação tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas.

Para Vergara (2003), na coleta de dados, o leitor deve ser informado como o pesquisador pretende obter os dados de que vai precisar.

Os dados serão analisados e interpretados sob a visão atual e com o decorrer do estudo sob a visão de resolução do problema da pesquisa.

Os dados servirão para mostrar os resultados e a identificação, caso ocorra, de ineficiências na adoção das normas internacionais.

“Tratamento dos dados referem-se aquela seção na qual se explicita para o leitor como se pretende tratar os dados e coletar, justificando por que tal tratamento é adequado aos propósitos do projeto. Objetivos são alcançados com a coleta, o tratamento e posteriormente com a interpretação dos dados; portanto não se deve esquecer de fazer a correlação entre objetivos e formas de atingi-los.(VERGARA,2007,p.59).

O tratamento e análise dos dados demonstrados serão realizados através de leituras, interpretações, análises específicas, quadros, indagações e pesquisas. Serão destinados a tomada de decisões e melhorias nas estratégias adotadas na entidade.

Esses dados serão secundários por se tratar de informações já existentes que serão utilizadas (tabuladas e analisadas) com o objetivo de completar novas investigações. Esses dados têm a características de serem coletados em diversas fontes ou publicações como exemplos; relatórios internos da entidade pesquisada, associações e até mesmo órgãos relacionados aos objetivos da pesquisa em estudo.

3.3 Universo e amostra pesquisada

A amostra da pesquisa será não probabilística, pois não está baseada em procedimentos estatísticos e quanto a sua classificação será por acessibilidade, pois seleciona os elementos tendo facilidade ao acesso. A pesquisa será também por tipicidade, ou seja, será construída pela seleção de elementos que o pesquisador considere representativos e que causam impacto nas análises feitas.

Com relação ao universo da pesquisa, este será a estrutura física e virtual da entidade pesquisada, ou seja, os respectivos departamentos que formam o Instituto Inhotim.

“Entende-se o universo aqui por população e não o número de habitantes do local, como é largamente conhecido o termo, mas um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem as características que serão objetos de estudo.”
(VERGARA 2007, p.50)

Os sujeitos da pesquisa serão os responsáveis de cada setor da entidade, pois possuem influência e participação direta nos resultados e objetivos alcançados pela organização.

3.4 Limitações do estudo

Todo o método tem limitações. Para o leitor é fundamental antecipar as críticas decorrentes do processo de desenvolvimento e as limitações que o método escolhido oferecido. Essas limitações são descritas abaixo:

- O método estará limitado ao tamanho do Instituto Inhotim, uma vez que o Parque e Jardim Botânico, juntamente com as galerias de obra de arte estão localizados no complexo de Brumadinho, Minas Gerais e suas atividades administrativas ocorrem em um escritório na Savassi, em Belo Horizonte.
- A grande rotatividade de funcionários existentes, com relação a coleta de dados e demais informações internas.
- A política interna da entidade e o modelo diferenciado de gestão, não decorrentes de modelos tradicionais com muitos paradigmas, regras e normas exigirão mais detalhes do pesquisador.
- O desligamento do vínculo empregatício do pesquisador também pode ser um fator limitante devido ao acesso as dependências da entidade.
- O grande volume de atividades propostas pela administração da entidade, uma vez que a organização possui todos os dias serviços inovadores, buscando valorização e incentivo no desenvolvimento profissional e talvez antecipamos dificuldades no envolvimento dos líderes e gerentes.

4 DESENVOLVIMENTO

Define as normas, interpretações e comunicados técnicos da legislação contábil brasileira convergente com as normas internacionais de contabilidade que as pequenas e médias empresas apliquem tais ditames e estejam em *compliance* com a Resolução do CFC nº 1.255/09 a partir do exercício de 2010.

O Instituto Inhotim, objeto da pesquisa, passou a adotar tais designs legais a partir daquele exercício, conforme está estabelecido na resolução em questão, não obstante o instituto estar obrigado a prestar conta publicamente, senão para o uso de seus proprietários-administradores e órgãos fiscais e governamentais.

Entende os administradores que a aplicação será necessária, em função de se tratar de pequena e média empresa conforme define resolução citada acima.

No cumprimento das exigências legais às normas brasileiras convergentes com as normas internacionais de contabilidade destaca-se diversos aspectos que na sequencia se identifica:

4.1. Seção 1 – Pequenas e médias empresas

Não obstante não haver CPC específico para entidades do terceiro setor, mas haver obrigação de prestar contas ao Governo Federal, Estadual e aos Patrocinadores e Parceiros o Instituto entende se que a aplicação do CPC PME será necessária e trará benefícios ao mesmo.

4.2. Seção 2 – Conceitos e princípios gerais

Não obstante não haver norma específica para entidades do terceiro setor, o Instituto entendeu que a aplicação trará benefícios ao Instituto no atendimento aos conceitos e princípios gerais que norteiam as determinações legais, tais como: i) Compreensibilidade; ii) Relevância; iii) Materialidade; iv) Confiabilidade; v) Prudência; vi) Integralidade; e vii) Tempestividade.

4.3. Seção 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são desde 2010 divulgadas sob a ótica dessa seção senão vejamos:

A Figura 1 destaca o conteúdo das demonstrações contábeis findas no exercício de 2011 que destaca o conjunto completo das demonstrações sob a exigência das normas.

Instituto Inhotim

31 de dezembro de 2011

Demonstrações financeiras

Índice

Demonstrações financeiras auditadas:

Balço patrimonial	3
Demonstração do déficit do exercício	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7

Figura 1 – Demonstrações Financeiras

Fonte: Demonstrações Financeiras do Inhotim 31.12.2011 e 31.12.2010

4.4 Seção 4 – Balanço Patrimonial

As informações que devem ser apresentadas no balanço patrimonial e como apresentá-las são pontos de discussão dessa seção. Cabe destacar que as rubricas contábeis estão com nomenclaturas dentro da determinação das normas definidas pelo CFC.

A figura 2 a seguir, destaca o balanço patrimonial em 31/12/2011 e 2010:

Instituto Inhotim

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2011	2010 (não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	215	235
Contas a receber de clientes	5	259	129
Estoques	6	875	240
Valores vinculados	10	7.990	854
Outros valores		189	-
		9.528	1.458
Não circulante			
Depósitos judiciais		63	7
Imobilizado	7	1.762	4.465
Intangível		65	136
		1.890	4.608
Total do ativo		11.418	6.066
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		766	385
Obrigações sociais e trabalhistas	8	1.826	1.164
Obrigações tributárias	9	149	100
Valores vinculados	10	7.970	-
Outras obrigações		28	710
		10.739	2.359
Não circulante			
Provisões	11	180	-
		180	-
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12	1	1
Superávit acumulado		498	3.706
Total do patrimônio líquido		499	3.707
Total do passivo e patrimônio líquido		11.418	6.066

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Figura 2 – Balanço Patrimonial

Fonte: Balanço Patrimonial do Inhotim 31.12.2011 e 31.12.2010

As rubricas que apresentaram alterações de acordo com as normas internacionais foram:

1. Ativo e Passivo Circulante e Ativo e Passivo não circulante, com a extinção da apresentação das rubricas Realizável a longo prazo e Exigível a longo prazo.
2. Caixa e equivalentes de caixa, o que anteriormente era denominado de Disponibilidades.
3. A extinção do nome Ativo Permanente do balanço, onde o Imobilizado estava inserido e atualmente está representado dentro do grupo Ativo não circulante.

Além das rubricas apresentadas destaca-se que o balanço se apresenta comparativamente do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 no atendimento ao princípio da comparabilidade, tornando ao leitor do balanço as informações comparáveis por dois exercícios seguidos.

4.5 Seção 5 – Demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente.

A Entidade deve apresentar seu resultado para o período contábil de reporte, isto é seu desempenho financeiro para o período – em duas demonstrações contábeis: a demonstração do resultado do período e a demonstração do resultado abrangente.

A figura 3, abaixo apresenta a demonstração do exercício em 31/12/2011 e 2010:

Instituto Inhotim

Demonstração do déficit do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Notas	2011	2010 (não auditado)
Receita de doações, vendas de mercadorias e serviços		22.552	17.461
Custo dos produtos vendidos		(868)	(567)
Superávit Bruto		21.684	16.894
Despesas operacionais:			
Despesas com pessoal	13	(15.266)	(10.478)
Despesas administrativas	14	(8.896)	(9.844)
Despesas tributárias		(177)	(127)
Despesas com provisões para riscos		(180)	-
Outras despesas operacionais		(296)	(13)
Déficit antes do resultado financeiro		(3.131)	(3.568)
Resultado Financeiro:			
Receitas financeiras		43	65
Despesas financeiras		(120)	(83)
		(77)	(18)
Déficit do exercício		(3.208)	(3.586)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Figura 3 – Demonstração do déficit do exercício

Fonte: Demonstração do déficit do exercício do Inhotim 31.12.2011 e 31.12.2010

A demonstração de superávit ou déficit nos entidades do terceiro setor é a denominação correta a ser apresentada. A seção em discussão trata do resultado do período e esta se aplica a demonstração do superávit e/ou déficit nessa categoria de negocio.

Nessa demonstração está atendendo aos preceitos das normas com relação aos efeitos do resultado período (exercício) que o instituto divulga.

4.6 Seção 6 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Nesta seção é exigida a apresentação das mutações no patrimônio líquido da entidade para um período tanto na demonstração das mutações do patrimônio líquido quanto, caso condições específicas forem atendidas e a entidade opte, na demonstração dos lucros ou prejuízo acumulados.

A figura 4, abaixo nos mostra a demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício em 31/12/2011 e 2010:

Instituto Inhotim

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Descrição	Fundo Social	Superávit acumulado	Total Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (não auditado)	1	7.292	7.293
Déficit do exercício	-	(3.586)	(3.586)
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (não auditado)	1	3.706	3.707
Déficit do exercício	-	(3.208)	(3.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1	498	499

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Figura 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Fonte: Demonstração das mutações do patrimônio líquido do Inhotim 31.12.2011 e 31.12.2010

Esta demonstração não apresentou modificação em rubricas e movimentações específicas, entretanto a sua elaboração e apresentação está em *compliance* as exigências das seção 6, conforme define as normas.

4.7 Seção 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Nesta seção dispõe sobre as informações que devem ser apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa e como apresenta-las. Essa demonstração fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalente de caixa da entidade para um período contábil, evidenciado separadamente as mudanças nas atividades operacionais, investimentos e financiamentos.

A figura 5, abaixo nos mostra a demonstração dos fluxos de caixa do exercício em 31/12/2011 e 2010:

Instituto Inhotim

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010 (não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(3.208)	(3.586)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício:		
Depreciação e Amortização	358	390
Constituição de provisões para riscos	180	-
Baixa de ativo imobilizado	3.247	45
(Aumento) redução de ativos	577	(3.151)
Contas a receber	(130)	(53)
Estoques	(635)	143
Outros ativos	(245)	(23)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	381	(144)
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	711	682
Valores vinculados	834	-
Outras obrigações	(683)	(93)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	810	(2.639)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo imobilizado	(830)	(857)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(830)	(857)
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(20)	(3.496)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	235	3.731
No final do exercício	215	235
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(20)	(3.496)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Figura 5 – Demonstração dos fluxos de caixa

Fonte: Demonstração das mutações do patrimônio líquido do Inhotim 31.12.2011 e 31.12.2010

4.8 Seção 8 – Notas explicativas às demonstrações contábeis

As notas explicativas contêm informações adicionais àquelas apresentadas as demonstrações da entidade, elas fornecem descrições narrativas e detalhes de itens apresentados nessas demonstrações e informações acerca de itens que não se qualificam para reconhecimento nessas demonstrações.

Ao analisar as notas explicativas do Instituto podemos destacar que elas atendem algumas exigências dessa Seção como:

- A divulgação da Entidade com relação à base da mensuração utilizada na elaboração das demonstrações contábeis;
- As práticas contábeis relevantes para a compreensão das demonstrações contábeis;
- Apresentação de forma sistemática das notas explicativas, ou seja, a indicação de cada item das demonstrações contábeis a referencia com a respectiva informação nas notas explicativas.

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Instituto Inhotim, fundado em 02 de novembro de 2002, é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede no município de Brumadinho, MG. Suas operações constituem-se basicamente em incentivar e promover atividades e projetos nas áreas culturais, meio ambiente, patrimônio cultural, educação, geração, difusão e transferência de conhecimento, inclusão social e práticas de governança e cidadania.

As operações podem ser efetuadas por meio de ações próprias ou em parcerias com instituições públicas e/ou privadas, através do apoio e fomento dessas atividades.

As atividades do Instituto Inhotim são financiadas, principalmente, através de doações, bem como vendas de ingressos para visitação do Instituto e de mercadorias. O Instituto Inhotim também possui diversas parcerias com entidades governamentais, como Prefeitura de BH, Fapemig, Ministério da Cultura, dentre outros, para desenvolvimento de projetos específicos. Nesses casos, os recursos para desenvolvimento dos projetos são liberados pelo respectivo órgão governamental e o Instituto é responsável pela aplicação desses recursos no desenvolvimento desses projetos. Após a finalização do projeto, o Instituto presta conta dos gastos incorridos.

O Instituto é imune a impostos federais, estaduais e municipais sobre suas operações, no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram esta imunidade.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras do Instituto foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Instituto está sujeito ainda à Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 10.19 - "Entidades sem finalidade de lucros", aprovada pela Resolução nº 877/2000 e alterada pelas Resoluções nº 926/2001 e nº 966/2003 do Conselho Federal de Contabilidade, na qual são estabelecidos os critérios e procedimentos específicos da avaliação do registro das variações patrimoniais e da estrutura das demonstrações financeiras e as informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para as entidades sem fins lucrativos.

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contra prestações pagas em troca de ativos na data da transação.

O Instituto não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não apresentou a demonstração de resultados abrangentes uma vez que seu déficit se equivale ao resultado abrangente total, conforme seria requerido pela CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação em Ata de Reunião da Diretoria em 6 de setembro de 2012.

2.2. Principais Políticas Contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representadas por disponibilidades em moeda nacional e depósitos interfinanceiros, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo resgatáveis em até 90 dias, e são utilizadas pelo Instituto no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Contas a receber de clientes

Os clientes são avaliados inicialmente pelo montante original e, quando aplicáveis, são acrescidos de encargos, multa e juros.

(c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável.

(d) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, rendimentos e variações monetárias auferidos e provisão para perdas.

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais Políticas Contábeis—Continuação

(e) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

O Instituto utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada no mínimo anualmente e ajustada se necessário.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

<u>Imobilizado</u>	<u>Vida Útil</u>
Móveis, instalações e máquinas	6 a 12 anos
Equipamentos de informática	2 a 12 anos
Veículos	4 a 12 anos

Os gastos com manutenção dos ativos do Instituto são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

(f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.2 Principais Políticas Contábeis--Continuação**

(g) Fornecedores

Refere-se às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios do Instituto, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

(h) Passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, do correspondente encargo incorrido.

(i) Valores vinculados

As entradas e saídas de recursos destinadas à execução de instrumentos de convênios são registradas em contas individuais do ativo e do passivo, não existindo qualquer impacto na demonstração do superávit/ déficit do Instituto.

(j) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime contábil de competência. As receitas compreendem os ingressos vendidos, subvenções e doações recebidas e vendas de souvenirs, bem como descontos obtidos e de rendimentos das aplicações financeiras.

As despesas compreendem os gastos incorridos pelo Instituto no exercício de suas atividades, bem como encargos e variações monetárias.

(l) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.2. Principais Políticas Contábeis--Continuação****(m) Demonstração dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os termos a seguir são utilizados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento.

Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros do Instituto.

(n) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou contratação.

A utilização de instrumentos financeiros pelo Instituto está restrito a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o Instituto não possui qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.1. Principais Políticas Contábeis--Continuação****3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Instituto faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

(a) Provisões para riscos

O Instituto é parte de certos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam expectativa de perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

**3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --
Continuação****(b) Vida útil do ativo imobilizado**

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada na avaliação de profissionais do Instituto e consultores externos e é revisada regularmente. A administração acredita que a vida útil está corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010 (não auditado)
Caixa	31	7
Bancos conta movimento	172	54
Aplicações financeiras	12	174
	<u>215</u>	<u>235</u>

As aplicações financeiras apresentam liquidez imediata, baixo risco e são feitas em caderneta de poupança.

5. Contas a receber

	2011	2010 (não auditado)
Operadoras de cartão de crédito	176	81
Outras	83	48
Total	<u>259</u>	<u>129</u>

6. Estoques

	2011	2010 (não auditado)
Materiais para revenda	873	239
Outros	2	1
	<u>875</u>	<u>240</u>

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	2010				
	(não auditado)	Adições	Baixas	Depreciação	2011
Móveis, instalações e máquinas.	1.143	516	(178)	(149)	1.332
Equipamentos de Informática	311	280	(61)	(112)	418
Veículos	32	-	(12)	(8)	12
Benfeitorias	2.979	34	(2.996)	(17)	-
	4.465	830	(3.247)	(286)	1.762

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	2011	2010
		(não auditado)
INSS	365	230
FGTS	97	67
Férias e encargos	1.348	854
Outros	16	13
	1.826	1.164

9. Obrigações tributárias

	2011	2010
		(não auditado)
IRRF sobre Folha	114	63
ICMS a recolher	13	11
PIS sobre folha	16	11
Outros	6	15
	149	100

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

10. Valores Vinculados

	Saldo em 2010 (i) (não auditado)	Valores recebidos	Valores a receber	Valor Devolvido	Atualização	Valor Utilizado	Saldo em 2011
Projetos em andamento:							
Inhotim em Cena I	-	57	-	(23)	-	(34)	-
Inhotim em Cena III	-	417	-	-	-	(417)	-
Jovens Agentes	-	16	-	(16)	1	(1)	-
Escola Íntegra	-	135	-	(109)	5	(31)	-
Mintur II	-	413	-	-	26	(174)	265
DVD Adriana Varejão	-	102	-	-	6	(93)	15
Inhotim em Cena II	-	41	-	-	3	(37)	7
Democratização 2010 Manutenção 2010/2011 (ii)	-	410	-	-	18	(273)	155
Fapemig PIBIC 2011	-	2.522	6.004	-	34	(2.352)	6.208
Democratização 2011	-	130	-	-	3	(42)	91
Fapemig BIC JR 2011	-	125	-	-	3	(30)	98
Escola Integrada 2011	-	36	-	-	1	(12)	25
Fapemig CRA 75-10	-	484	-	-	3	(397)	90
Prefeitura de Nova Lima	-	484	-	-	21	-	505
Escola de cordas	-	48	-	-	-	(28)	20
Outros projetos	-	-	491	-	-	-	491
Valores vinculados – passivo	-	109	100	-	2	(211)	-
	-	5.529	6.595	(148)	126	(4.132)	7.970
Provisões (i)	-	-	-	-	-	-	20
Valores vinculados - ativo	-	-	-	-	-	-	<u>7.990</u>

(i) As contas dos Valores Vinculados do ativo circulante não contemplam os pagamentos que ocorrerão nos meses subsequentes, mas provisionados pelo critério de regime de competência nas contas do passivo circulante.

(ii) O projeto manutenção 2010/2011 visa contemplar ações de manutenção da estrutura física do Instituto, manutenção técnica e conservação preventiva do acervo artístico e botânico, segurança física e patrimonial, infraestrutura de acesso e atendimento e despesa com pessoal.

Até o exercício de 2010, o Instituto contabilizava os valores recebidos pelo regime de caixa, portanto, não existia passivo já que os gastos incorridos eram reembolsados através dos projetos. Entretanto, a partir de 2011, a partir do momento da aprovação do projeto, o Instituto reconhece um Ativo e um Passivo, no mesmo valor, cujos montantes são realizados pelo princípio contábil da competência.

Os valores vinculados do ativo estão aplicados em caderneta de poupança.

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

11. Provisões

A Administração do Instituto, com base na opinião de seus consultores jurídicos, revisa as contingências conhecidas, avaliando as possibilidades de eventuais perdas.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, o Instituto constituiu provisão relacionada aos processos cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme demonstrado abaixo:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (não auditado)	-	-	-
Provisão	110	70	180
Saldo em 31 de dezembro de 2011	110	70	180

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, o Instituto figura como parte em processos relacionados a autuações cíveis e trabalhistas nas instâncias administrativas e judiciais avaliados pelos consultores jurídicos como de perda possível, que totalizavam R\$131 (R\$ 7 em 2010).

12. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido compreende o patrimônio social inicial, acrescido/decrecido dos valores de superávit/déficit dos exercícios.

13. Receitas

	2011	2010 (não auditado)
Doações	17.532	10.406
Venda de mercadorias	1.741	1.193
Bilheteira e eventos	3.563	2.391
Subvenções	-	3.643
Impostos sobre vendas	(284)	(172)
	22.552	17.461

14. Despesas com pessoal

	2011	2010 (não auditado)
Salários	7.672	5.912
Encargos (INSS e FGTS)	3.576	2.400
Férias	1.382	1.031
13º salário	1.044	732
Outras	1.592	403
	15.266	10.478

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

15. Despesas Administrativas

	2011	2010 (não auditado)
Alugueis e condomínio	513	18
Água/luz e telefone	849	822
Despesas de manutenção	843	680
Serviços de terceiros pessoa jurídica	3.456	3.440
Frete carretos e transportes	352	178
Viagens e estadias	243	48
Locação de máquinas e equipamentos	353	25
Refeição e lanches	603	913
Despesas com depreciação	358	390
Despesas com jardim	181	164
Serviços de terceiros pessoa física	140	29
despesas com veículos	197	84
Projetos	-	1.390
Outros	808	1.663
	8.896	9.844

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros do Instituto encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e a administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

O Instituto não aplica em derivativos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

As operações do Instituto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Risco de crédito

O saldo de contas a receber do Instituto é constituído por saldos a receber decorrentes da venda de souvenirs, as quais são efetuadas principalmente através de cartões de crédito.

O Instituto efetua as aplicações financeiras em instituições que apresentam solidez financeira no mercado, reduzindo o risco de perda.

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(b) Risco de liquidez

O Instituto administra a liquidez do caixa, estabelecendo premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

17. Cobertura de seguros

O Instituto adota política de avaliação e monitoramento de riscos em suas operações, e, de acordo esta política, faz contratações de seguros julgados suficiente pela administração, para cobrir eventuais sinistros.

Figura 6 – Notas explicativas as demonstrações financeiras

Fonte: Demonstração das mutações do patrimônio líquido do Inhotim 31.12.2011 e 31.12.2010

4.9 Seção 10 – Políticas Contábeis, Estimativas e Erros

Esta seção trata da orientação para a seleção e aplicação das práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis. Ressalta também mudanças nas estimativas contábeis e correções de erros de demonstrações contábeis relativos a períodos anteriores.

Em suas demonstrações o Instituto declara quais foram suas práticas contábeis, os princípios específicos, as bases, convenções, regras e práticas, aplicados em sua preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

Como não tiveram mudanças nas práticas contábeis não houve divulgação à respeito.

Abaixo, na figura 7 divulga-se as práticas adotadas pela entidade em estudo:

2.2. Principais Políticas Contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representadas por disponibilidades em moeda nacional e depósitos interfinanceiros, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo resgatáveis em até 90 dias, e são utilizadas pelo Instituto no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Contas a receber de clientes

Os clientes são avaliados inicialmente pelo montante original e, quando aplicáveis, são acrescidos de encargos, multa e juros.

(c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável.

(d) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, rendimentos e variações monetárias auferidos e provisão para perdas.

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais Políticas Contábeis—Continuação

(e) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

O Instituto utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada no mínimo anualmente e ajustada se necessário.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Imobilizado	Vida Útil
Móveis, instalações e máquinas	6 a 12 anos
Equipamentos de informática	2 a 12 anos
Veículos	4 a 12 anos

Os gastos com manutenção dos ativos do Instituto são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

(f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.2 Principais Políticas Contábeis--Continuação**

(g) Fornecedores

Refere-se às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios do Instituto, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

(h) Passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, do correspondente encargo incorrido.

(i) Valores vinculados

As entradas e saídas de recursos destinadas à execução de instrumentos de convênios são registradas em contas individuais do ativo e do passivo, não existindo qualquer impacto na demonstração do superávit/ déficit do Instituto.

(j) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime contábil de competência. As receitas compreendem os ingressos vendidos, subvenções e doações recebidas e vendas de souvenirs, bem como descontos obtidos e de rendimentos das aplicações financeiras.

As despesas compreendem os gastos incorridos pelo Instituto no exercício de suas atividades, bem como encargos e variações monetárias.

(l) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

Instituto Inhotim

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.2. Principais Políticas Contábeis--Continuação****(m) Demonstração dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os termos a seguir são utilizados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento.

Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros do Instituto.

(n) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou contratação.

A utilização de instrumentos financeiros pelo Instituto está restrito a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o Instituto não possui qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Figura 7 – Políticas e práticas contábeis.

Fonte: Demonstração das mutações do patrimônio líquido do Inhotim 31.12.2011 e 31.12.2010

4.10 Seção 13 – Estoques

Esta seção determina as práticas para o reconhecimento e mensuração dos estoques.

Reporta a definição dos estoques, ou seja, são ativos:

- Mantidos para a venda no curso normal dos negócios;
- No processo de produção para tal venda ou;
- Na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços.

No caso do Instituto a composição dos estoques é feita da seguinte maneira:

6. Estoques

Materiais para revenda
Outros

	2011	2010 (não auditado)
	873	239
	2	1
	875	240

Figura 8 – Composição dos Estoques

Fonte: Demonstração das mutações do patrimônio líquido do Inhotim 31.12.2011 e 31.12.2010

Os materiais para revenda, compreendem os produtos da loja alocada dentro do parque para a venda para os visitantes.

Os outros conforme discriminados acima são os materiais de uso e consumo para a manutenção do parque.

O estoque apresentados no Instituto são reconhecidos pelo valor de aquisição, não apresentam outros custos incorridos uma vez que o saldo mais relevante trata-se de produtos de alta rotatividade.

Para efeito de calculo do valor da recuperabilidade constata-se que o valor de mercado/realização foi maior que o valor do custo de aquisição e valor médio.

4.11 – Seção 17 – Ativo Imobilizado

Está seção nos define o conceito de Ativo Imobilizado, onde são ativos tangíveis que:

- a) São mantidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros ou para fins administrativos e;
- b) Que se esperam que sejam utilizados durante mais do que um período.

(e) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

O Instituto utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada no mínimo anualmente e ajustada se necessário.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

<u>Imobilizado</u>	<u>Vida Útil</u>
Móveis, instalações e máquinas	6 a 12 anos
Equipamentos de informática	2 a 12 anos
Veículos	4 a 12 anos

Os gastos com manutenção dos ativos do Instituto são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

Figura 9 – Notas explicativas – Ativo imobilizado

Fonte: Demonstração das mutações do patrimônio líquido do Inhotim 31.12.2011 e 31.12.2010

Os bens do ativo imobilizado do Instituto são mantidos de acordo com os benefícios futuros econômicos que fluirão para a Entidade, são mensurados de forma confiável, são reconhecidos pelo seu custo de aquisição e são reconhecidos

os encargos de depreciação de acordo com ao longo da sua Vida útil econômica estimada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Entidade não identificou bens que tivesse valor de mercado inferior ao valor do custo reconhecido na contabilidade, que justificasse a constituição da provisão para redução de valor recuperável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Contribuições obtidas com o trabalho

No que tange ao objetivo geral da pesquisa, observou-se que a entidade estudada aderiu à convergência da contabilidade aos padrões internacionais. Essa adoção foi feita através da análise de seus demonstrativos foram apontadas as características relevantes de acordo com cada seção exigida na norma da NBC T 19.41 para as PMEs.

Em relação com o primeiro objetivo específico, foram destacadas as principais mudanças ocorridas e verificou a existência dessa linguagem homogênea diante do mercado uma vez que o uso do IFRS para as PMEs potencializa a atração de capitais e investimentos. Nesse assunto tivemos a tradução para o português do IFRS, que foi feita pela Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) por solicitação do IASB. Esse trabalho teve início em meados de 2010, a partir do depositário de termos e expressões utilizados anteriormente na versão para o português do livro de Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS publicado pelo IASB. O resultado desse projeto são: três livros que compõe o “IFRS para pequenas e médias empresas” e pode ser obtido gratuitamente em meio eletrônico, no site do IASB.

Em relação ao segundo objetivo específico foi feito abaixo a análise da norma de acordo com as seções abordadas e discutidas na pesquisa e fazendo o resumo a respeito das exigências legais.

Quando falamos sobre o cenário atual podemos dizer que o Brasil vem se destacando na adoção das normas, uma vez que temos mais de 130 países no processo e a União Europeia também oferece grande destaque.

Embora o CPC PME seja um grande avanço a facilitar a adoção das normas internacionais pelas PMEs brasileiras, os empresários devem considerar sempre a adoção do conjunto completo de normas do CPC, quando seus planos de

curto e médio prazo indicarem desenquadramento como PME, assim como existir a possibilidade de abertura de capital.

Seção	Descrição	Características
Seção 1	Pequenas e Médias Empresas	A decisão final sobre quais entidades devem adotar o IFRS para PMEs cabe às autoridades reguladoras e órgãos normalizadores de cada país.
Seção 2	Conceitos e Princípios Gerais	Descreve o objetivo das demonstrações financeiras que é fornecer informações sobre a posição financeira e patrimonial, o desempenho e o fluxo de caixa das PMEs que sejam úteis para um variado leque de usuários.
Seção 3	Apresentação das Demonstrações Financeiras	Explica a apresentação adequada, o que é um conjunto completo de demonstrações financeiras, e o que a IFRS requer.
Seção 4	Balanço Patrimonial	Estabelece quais informações devem ser apresentadas na demonstração de posição financeira.
Seção 5	Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente	Estabelece quais informações devem ser apresentadas na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.
Seção 6	Demonstração das Mutações dos Patrimônios Líquidos e demonstração do lucro e prejuízo acumulados	Descreve os requerimentos para apresentação das mutações do patrimônio líquido da entidade.
Seção 7	Demonstração dos fluxos de caixa	Especifica quais informações devem ser apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.
Seção 8	Nota explicativa as demonstrações financeiras	Descreve os princípios subjacentes as informações que devem ser apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
Seção 10	Políticas Contábeis, mudança de estimativas e correção de erros	Fornecer orientação para a escolha e mudança das políticas contábeis com o tratamento contábil de mudança de estimativas e correção de erros.
Seção 13	Estoques	Aplica-se a todos os estoques, exceto quanto a: obras em andamento decorrentes de contratos de construção, instrumentos financeiros, ativos biológicos e produção agrícola à época da colheita.
Seção 17	Ativo Imobilizado	Aplica-se a contabilização do imobilizado mantido para uso do fornecimento de bens ou serviços, para aluguel ou fins administrativos, e que deve ser esperada a sua utilização por um período superior a um ano.

Quadro 1 – Resumo das Seções e as Exigências Legais – NBC T 19.41

Fonte: Autor da Pesquisa.

Em relação ao terceiro objetivo específico foram percebidas no decorrer do estudo algumas mudanças dentro da organização para melhor controle dos processos e informações dos trabalhos executados como por exemplo: a implantação de sistemas integrados em diversas áreas da organização, a

intensificação da relação cliente e contador uma vez que a contabilidade da instituição é representada por terceiros e conferida por funcionários internos, o controle dos bens e a determinação de sua vida útil, a preparação de profissionais para elaborar devidamente as demonstrações contábeis de acordo com a NBC T 19.41.

5.2 Sugestões para pesquisas futuras

Para futuros estudos, recomenda-se a leitura e análise das demais seções da norma NBC T – 19.41 uma vez que a pesquisa explorou 11 das 35 seções existentes. Sugere-se também a avaliação da norma em outros ramos do terceiro setor além do ramo cultural conforme explorado.

Para a entidade em estudo sugere-se também a estruturação dos controles internos uma vez que a norma tem eficiência e se faz mais clara para aplicação a partir do momento que os processos estejam bem organizados, administrados e definidos. Um ponto importante de se ressaltar também seria a definição desses controles visando a transparência um dos pilares exigidos pela governança corporativa onde também é um dos objetivos da organização.

É importante ressaltar que a governança corporativa é o sistema institucional no qual está inserida a entidade para cumprir seus objetivos. Esse sistema é constituído pelo conjunto de leis que a entidade está submetida, como por exemplo, suas diretrizes, políticas, procedimentos, práticas adotadas, cultura organizacional do seu corpo diretivo e funcional, que interagem visando cumprir os objetivos sociais da Entidade e assegurar sua perenidade. A linha mestra da Governança abrange transparência, prestação de contas (*accountability*) e equidade entre as partes interessadas.

Também se destaca como contribuições futuras o estudo referente aos próximos anos no âmbito da convergência e como sugestão deixamos em aberto o estudo da seção 32 – Eventos Subsequentes ao término do exercício. Pois ao

término da pesquisa o balanço da organização referente ao ano de 2012 não tinha sido finalizado, então mantemos o estudo referente aos anos de 2010 e 2011, fazendo as análises comparativas. Destacamos também que os demonstrativos do ano de 2010 não sofreram auditoria como no ano de 2011.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. 1.ed.São Paulo,Atlas,2005.

BRAGA, Hugo Rocha: ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Mudanças Contábeis na Lei Societária: Lei 11.638/2007. São Paulo, Atlas, 2008.

BRASIL, **Assessor Bordin** Minas Gerais. 2012. Disponível em: <<http://www.abordin.com.br/opiniaio/ifrs.php>> Acesso em 13 de dezembro 2012.

BRASIL, **Contabilidade Financeira Sobre Débitos e Créditos da Vida Real**, Disponível em: <<http://contabilidadefinanceira.blogspot.com.br/2009/03/ifrs-no-brasil-2.html>>, Acesso em 31 de maio de 2013.

BRASIL, **Contabilidade Internacional**. Minas Gerais. 2012.Disponível em: <<http://dc231.4shared.com/doc/eFh6d4S7/preview.html>> Acesso em 13 de dezembro 2012.

BRASILIA. **Contabilidade para pequenas e médias empresas: Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 19.41** /Conselho Federal de Contabilidade CFC.2010.

BRASILIA. **ITG 1000 – Interpretação Técnica Geral para ME e EPP** /Conselho Federal de Contabilidade CFC.2012.

BRASILIA. **ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros** /Conselho Federal de Contabilidade CFC.2012.

BRASIL, Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964. **Criação BACEN**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm> Acesso em 17 de dezembro de 2012

BRASI,. Deloitte. **IFRS para PMEs ao seu alcance**. Disponível em: <[http://www.deloitte.com/assets/Dcom-](http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/Servi%C3%A7os/IFRS/IFRS%20para%20PMEs%20ao%20seu%20alcance%202012.pdf)

[Brazil/Local%20Assets/Documents/Servi%C3%A7os/IFRS/IFRS%20para%20PMEs%20ao%20seu%20alcance%202012.pdf](http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/Servi%C3%A7os/IFRS/IFRS%20para%20PMEs%20ao%20seu%20alcance%202012.pdf)> Acesso em 21 de junho de 2013

BRASIL, **IBRACON**. Minas Gerais. 2013. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/downloads/pdf/jornalismo1mari.pdf>> Acesso em 12 de Junho 2013.

BRASIL, **Instituto Inhotim**. Minas Gerais. 2012. Disponível em: <<http://www.inhotim.org.br/>> Acesso em 13 de dezembro 2012.

BRASIL, **Metodologia Científica FAETEC/IST** Disponível em: <http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2013.

BRASIL, **Ministério da Cultura – PRONAC**, Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac->> Acesso em 31 de maio de 2013.

BRASIL, Decreto nº 63.659 de 20 de dezembro de 1968. **Promulgação CRF**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63659-20-novembro-1968-404916-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 17 de dezembro de 2012

BRASIL, Decreto nº 9.295 de 25 de maio de 1946. **Regulamentação CFC**. Disponível em: < http://www.cfc.org.br/uparq/decretolei_9295_1946.pdf> Acesso em 17 de dezembro de 2012

BRASIL, Lei nº 6.385 de 07 de dezembro de 1976. **Regulamentação CVM**. Disponível em: < http://www.cvm.gov.br/port/atos/leis/E_M_n_197.pdf > Acesso em 17 de dezembro de 2012

BRASIL, **Simulação dos Impactos na Contabilidade das Pequenas e Médias Empresas Brasileiras com a adoção das normas internacionais** Florianópolis. 2009. Disponível em: < <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291335>> Acesso em 13 de dezembro 2012.

BRASIL, **Sua Pesquisa. Com** Disponível em

<http://www.suapesquisa.com/o_que_e/positivismo.htm>, Acesso em 31 de maio de 2013., Acesso em 31 de maio de 2013.

BRASIL, **XI Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul – Bento Gonçalves.** Disponível em:

<<http://repositorio.furg.br:8080/jspui/bitstream/1/907/1/A%20abordagem%20metodol%C3%B3gica.pdf>> Acesso em 31 de maio de 2013.

BRASIL, **XIII Semead Seminários em Administração.** Disponível em

<<http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/467.pdf>

<http://www.brasilecola.com/sociologia/positivismo.htm>>. Acesso em 31 de maio de 2013.

CARVALHO, L Nelson. et al. **Contabilidade Internacional**.1.ed.São Paulo:Atlas,2006.

DELOITTE **Nomas Internacionais de Contabilidade – IFRS** 1 ed.São Paulo,Atlas,2007.

KPMG **Comparações entre Práticas Contábeis** 1.ed.São Paulo, KPMG Brasil,2000.

MÜLLER,Aderbal Nicolas.et al. **Contabilidade Avançada e Internacional** 2.ed.São Paulo,Editora Saraiva,2010.

NIYAMA Jorge Katsumi **Contabilidade Internacional**. 1 ed. São Paulo,Atlas,2000.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Padrão Puc Minas de normalização:** normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografia. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca/normalizaçãomonografias.pdf>> Acesso em: 14 de dezembro 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Padrão UFMG de normalização**: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografia. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/biblioteca/normalizacao.htm> Acesso em: 14 de dezembro 2012.

VERGARA Silvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2003.